

Eis o pacote

Veja o que o "Leão" vai levar do seu salário com a mudança no IR



Galvêas presidiu o Conselho da aprovação do pacote

Inflação cai, diz Delfim

O ministro do Planejamento, Delfim Netto, disse ontem que a inflação vai cair, mas não aquilo que o Governo gostaria, porque "a política salarial não está ajustada à redução da demanda" que ocorrerá em decorrência do pacote. Ele previu também uma queda nas taxas de juros, mas afirmou não ter a menor idéia de quanto será essa redução.

Delfim fez estas previsões ao chegar para a reunião do Conselho Monetário Na-

cional (CMN) que aprovou o novo pacote econômico. Informou que as medidas para o corte nas despesas das estatais deverão estar prontas somente na próxima segunda-feira.

Para o ministro do Planejamento, o novo pacote nada tem a ver com a imagem externa do País. "A credibilidade do Brasil no exterior não está ligada a nenhum pacote. Temos que continuar trabalhando e fazer as coisas que parecem corretas. Isto é

que é importante", declarou.

O ministro refutou as críticas dos empresários quanto à validade do pacote, que acham as medidas insuficientes para resolver a grave crise econômica. "Vamos esperar para ver se é inócuo mesmo" — afirmou. Quanto ao pedido da classe empresarial para fazer a desindexação total da economia, Delfim Netto indagou: "O que eles estão recomendando é desindexar os salários dos preços?", para em seguida responder: "É uma proposta".

No fim da expectativa, os comentários

ÁTILA NOBRE EMPRESÁRIO PENNA

Medidas são contra inflação

O secretário de Imprensa, Carlos Atila, afirmou que as recentes medidas econômicas adotadas pelo Governo representam "um conjunto que incide sobre a área financeira e o setor creditício visando reduzir a taxa de inflação e tirar fatores que pressionam a taxa inflacionária para o alto".

Outro objetivo é possibilitar ao Governo, na medida em que a inflação atinja patamares mais baixos, tentar restabelecer uma política de crescimento, de desenvolvimento econômico e de ampliação do nível de empregos.

Sobre os aumentos nos preços dos derivados do petróleo, observou que "os derivados estavam sendo vendidos a um preço ainda artificial".

IGREJA

O povo tem uma santa paciência

Campinas — "Nunca na história do País se conspirou tanto contra a segurança nacional como agora. A segurança da Nação é o povo. E, hoje, quando se apela para o sofrimento de todos é um apelo em si injústo.

Porque, se todos nós, povo brasileiro, temos de dar solidariedade, é indubitável que o peso-pesado tem sempre arcado em cima das populações trabalhadoras, do campo e da cidade. Tenha santa paciência. Esse povo já não tem mais o que apertar".

A declaração é do novo presidente da Comissão Episcopal Regional Sul-I da CNBB, D. Angélico Sândalo Bernardino, bispo auxiliar de São Paulo, eleito ontem no último dia da Assembléia Geral dos Bispos Paulistas, em Itaipu.

PAULINELLI

A agricultura no impasse

O ex-ministro da Agricultura, Aylson Paulinelli, crítico ontem em Belo Horizonte as medidas econômicas que atingirão a agricultura brasileira, afirmando que o setor agora só tem duas opções: "Ou repassa seus custos à sociedade, no preço do produto que está vendendo agora na safra, ou se descapitaliza ainda mais".

A queda do salário real dos trabalhadores e o aumento dos índices inflacionários, conseqüente da elevação da carga tributária e das taxas de juros de um modo geral, são as duas conseqüências que o professor em economia Dércio Garcia Munhoz apontou no elenco de medidas aprovado ontem pelo Conselho Monetário Nacional e mais conhecido por "pacote".

Dércio afirmou, inclusive, que a reunião do Conselho Monetário Nacional foi um engodo, já que todas as medidas divulgadas ontem na verdade fazem parte da política econômica imposta pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) ao Brasil. "O Brasil abriu mão de sua autonomia na formulação da política econômica quando recorreu ao Fundo", declarou o professor da Universidade de Brasília.

Ele classificou uma série de medidas como incoerentes, como por exemplo a redução do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e a elevação do compulsório bancário: "Na verdade, o aumento do compulsório anula a redução do IOF". E qualificou como "absurdo" o nível para que foram elevadas as taxas do crédito rural. "Parece que eles (o Governo) vão conseguir o objetivo de desestruturar a agricultura, o que vai de encontro com o desejo dos Estados Unidos de reduzir a concorrência dos produtos agrícolas brasileiros no mercado externo", destacou Dércio Munhoz.

ADMINISTRAÇÃO INVIÁVEL

Ao comentar medida por medida, o professor da UnB declarou, sobre a limitação dos empréstimos do sistema financeiro ao setor público, que esta limitação já existe hoje e que "na verdade eles querem controlar o déficit público através do crédito". E adiantou que, por atingir também os Estados e municípios, essa medida poderá "inviabilizar a administração dos Estados e municípios, mas isso

também faz parte do acordo com o FMI".

Sobre a elevação das taxas de juros para os financiamentos ao setor rural, Dércio disse que de fato os agricultores vão passar a pagar uma taxa de 85 por cento depois de pagarem na última safra juros de 45 por cento. Isso porque a correção de 45 por cento para 60 por cento foi determinada ao final do ano passado e não chegou a ser utilizada na safra agrícola nem de 1982 e nem este ano. Foi, então, um brusco aumento de 45 por cento para 85 por cento, "uma medida no mínimo corajosa, que poderá inviabilizar a agricultura nacional".

Além disso, ele detecta nessa medida uma intenção do Banco Central de esvaziar cada vez mais o Banco do Brasil: "O Banco Central quer o crédito rural cada vez mais nas mãos do sistema financeiro privado, com juros de mercado".

Tudo o absurdo dessa retirada de parte dos subsídios ao crédito rural, para Munhoz, é mais evidenciado quando se compara com as taxas de juros em 60 por cento para as empresas exportadoras, "uma taxa ainda privilegiada. É uma contradição essa discriminação à agricultura, que produz para o mercado interno e para a exportação, enquanto as empresas exportadoras já contam com vantagens como incentivos fiscais, o crédito-prêmio do IPI".

IMPACTO INFLACIONÁRIO

A redução gradativa do subsídio ao crédito para as micro, pequenas e médias empresas, na sua opinião, provocará um forte impacto inflacionário de custos. Enquanto a redução das alíquotas do IOF para operações de crédito e a eliminação dos limites quantitativos nas operações de crédito dos bancos comerciais e de investimento ao setor privado "visam aparentemente reduzir as taxas". Mas, segundo ele, "só aparentemente, porque o que está determinado as

A partir de 1º de junho próximo, as pessoas com salários de até Cr\$ 144 mil ficarão isentas do pagamento do Imposto de Renda na Fonte. Já as pessoas com salários entre Cr\$ 1.693.000,001 e Cr\$ 2.552.000 passarão a ter uma incidência de 40 por cento de Imposto de Renda sobre os seus vencimentos, enquanto uma nova alíquota de 45 por cento incidirá sobre os rendimentos superiores a Cr\$ 2.552.000.

Esta é uma das principais medidas aprovadas ontem, pelo Conselho Monetário Nacional, visando ajustar a economia brasileira às novas necessidades decorrentes da crise de liquidez internacional, da alta inflação interna e do elevado nível de taxas de juros.

Após a reunião do Conselho, o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, fez um resumo das medidas nas áreas monetária, financeira e de crédito. Ele disse que, com a adoção das medidas, a pressão do Governo sobre os títulos públicos

será menor, contribuindo para a redução das taxas de juros e consequentemente (a médio e longo prazos) da inflação. Isso será possível, conforme observou Galvêas, graças às decisões visando reduzir os subsídios ao petróleo, trigo e crédito em geral e dos gastos públicos.

— A idéia — observou Galvêas — é que na medida em que o déficit público diminua, a necessidade de financiamento da dívida pública também diminua. Na medida em que nós estamos financiando o déficit do Setor Público, das estatais, dos derivados de petróleo, o trigo e açúcar, mais o crédito agrícola, ocorre uma pressão inflacionária, porque o Governo é obrigado a emitir papel-moeda. Esse impacto de financiamento do déficit é muito maior do que as conseqüências imediatas das medidas de retirada dos subsídios, que aparecem na prática com aumento dos derivados de petróleo.

As medidas aprovadas pelo Conselho Monetário foram as seguintes:

- 1 O Governo limita os empréstimos do sistema financeiro ao Setor Público. Com isso, a expansão do crédito ao setor público ficará dependendo de limites periódicos a serem estabelecidos pelo Banco Central de acordo com as necessidades do programa de redução do déficit público.
- 2 Fica vedado às entidades públicas federais, de qualquer natureza, realizar ou alocar recursos a operações de empréstimo ou a qualquer outra modalidade de financiamento, cujos encargos sejam inferiores àqueles fixados para a agricultura e para a pequena e média empresa.
- 3 O crédito rural e o agroindustrial ficarão sujeitos a juros de 3 por cento ao ano e 5 por cento ao ano, respectivamente, e à correção monetária equivalente aos seguintes percentuais da variação das ORTNs (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional): nas áreas da Sudam, Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais) e Espírito Santo, a correção será de 70 por cento em 1983, 80 por cento em 1984 e 85 por cento a partir de 1985; nas demais regiões será de 85, 95 e 100 por cento, nos anos respectivos.
- 4 Com a redução do subsídio nas operações de crédito à exportação, os encargos desses financiamentos passarão a ser os seguintes: até o final deste ano, 60 por cento ao ano; a partir de 02/01/84, esse crédito terá uma taxa de 3 por cento ao ano, acrescidos de 70 por cento da variação das ORTNs verificada em cada semestre, durante o período da operação.
- 5 Como o Conselho Monetário decidiu reduzir gradualmente o subsídio ao crédito destinado às micro, pequenas e médias empresas, o setor passará a ser taxado com as seguintes alíquotas: nas regiões incentivadas, 70 por cento em 1983; 80 por cento em 1984; e 85 por cento a partir de 1985. Nas regiões não-incentivadas, 85 por cento em 1983, e 100 por cento a partir do ano seguinte.
- 6 O Conselho decidiu também reduzir as alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) incidentes sobre operação de crédito em geral, com exceção, apenas, do crédito ao consumidor. A alíquota básica de 4,6 por cento, atualmente em vigor, foi reduzida para 1,5 por cento. No caso específico das operações de crédito imobiliário, cuja alíquota não acompanhou a recente redução de 6,9 por cento promovida pela Resolução número 787, o Conselho optou por sua redução para 1,8 por cento.
- 7 Os limites quantitativos aplicados à expansão das operações de crédito de bancos comerciais e de bancos de investimento ao setor privado foram eliminados.
- 8 Instituição do Programa de Investimentos Agrícolas (Proinvest), com o objetivo de promover o aumento da produção e da produtividade agrícola. Com esse programa, serão financiados, prioritariamente, a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, o desmatamento para incorporação de novas áreas ao processo produtivo e adubação intensiva e a correção do solo. Os recursos destinados ao programa atingem a Cr\$ 150 bilhões, dos quais Cr\$ 50 bilhões originários do Banco Mundial e os restantes Cr\$ 100 bilhões aportados pelo Funagri.
- 9 O Conselho Monetário decidiu aumentar os depósitos compulsórios dos bancos comerciais, incidentes sobre depósitos à vista, para os seguintes percentuais: grandes bancos, 50 por cento (taxa atual: 45 por cento); médios bancos, 45 por cento (taxa atual, 40 por cento, ficando portanto na mesma faixa). Nos bancos de investimentos, o percentual dos depósitos compulsórios, incidente sobre os depósitos a prazo, será elevado de 5 para 10 por cento.

As medidas do Conselho Monetário adotadas em favor do Nordeste são estas:

- 1 O Banco Central, em conjunto com os Ministérios da área econômica, prorrogará as dívidas dos produtores rurais cujas safras foram afetadas pela estiagem. A medida será extensiva às áreas atingidas pela estiagem na região Norte.
- 2 Foi aprovada a retroação do Proagro com a revisão dos processos indeferidos nas safras de 1981 e 1982, quando o motivo da recusa tenha sido a perda de prazo na comunicação das perdas.
- 3 Não serão alteradas as taxas de juros do crédito rural nas regiões atingidas pela seca, enquanto perdurar o fenômeno.
- 4 O Governo ressarcirá até 50 por cento dos investimentos realizados por produtores rurais, em projetos de irrigação na região semi-árida do Nordeste aprovados pelos órgãos oficiais competentes, desde que comprovada a conclusão do empreendimento, os seus custos e o cumprimento das recomendações técnicas.

Na área tributária foram adotadas as seguintes medidas:

- 1 A partir de 1º de julho deste ano, as operações realizadas por pessoas físicas ou jurídicas no "open market" (mercado aberto) serão taxadas com uma alíquota de 4 por cento referente ao Imposto de Renda.
- 2 As instituições financeiras que obrigatoriamente encerram seu balanço em 31 de dezembro, a partir de 1º de julho de 1982 deverão efetuar recolhimentos mensais, a título de antecipação do Imposto de Renda devido na declaração de rendimentos de 1984.
- 3 As perdas das empresas decorrentes da maxidesvalorização como despesa operacional do exercício ou registradas como custo dos bens do ativo imobilizado, ou ainda diferidas para posterior amortização.
- 4 A fim de atender a despesas com adversidades climáticas (secas no Norte e Nordeste e enchentes no Sul do País), que não podem ser supridas com os atuais recursos do Tesouro, será instituído, até o final do ano, um adicional de 10 por cento sobre o valor da retenção, pela fonte pagadora, relativa a rendimentos su-

Duas novas classes de desconto na fonte

O secretário da Receita Federal, Francisco Dornelles, anunciou ontem a inclusão de mais duas classes de rendimentos na tabela progressiva de desconto do Imposto de Renda na fonte, com alíquotas de 40 e 45 por cento, que vai atingir salários desde Cr\$ 1 milhão 693 mil acima de Cr\$ 2 milhões 552 mil. Até agora, a alíquota máxima era de 35 por cento, para salários superiores a Cr\$ 864 mil.

Dornelles anunciou também a correção de 30 por cento na tabela do IR na fonte sobre os rendimentos do trabalho, a partir de 1º de julho. Desde a sua última correção, em setembro de 82, até maio último, a inflação foi de 80 por cento, não estando incluída neste percentual a taxa de junho. O secretário da Receita Federal, no entanto, admitiu que em setembro ou outubro poderá haver uma nova correção, "dependendo da taxa de inflação".

Ele admitiu também que a correção na tabela poderá inclusive passar a semestral e sugeriu que a antecipação do reajuste da redução do IR na fonte para 1º de julho pode ser

| A TABELA DO IMPOSTO | | | | |
|---|----------------------------------|-------------|----------|-------------------|
| Rendimentos do trabalho assalariado | | | | |
| Classes de renda | — Renda líquida mensal (Cr\$) | | Alíquota | Parcela a deduzir |
| 01 | — | ATÉ 144.000 | Isento | |
| 02 | — DE 144.001 A 221.000 | 221.000 | 12 % | 17.280 |
| 03 | — DE 221.001 A 315.000 | 315.000 | 16 % | 26.120 |
| 04 | — DE 315.001 A 491.000 | 491.000 | 20 % | 38.720 |
| 05 | — DE 491.001 A 790.000 | 790.000 | 25 % | 63.270 |
| 06 | — DE 790.001 A 1.123.000 | 1.123.000 | 30 % | 102.770 |
| 07 | — DE 1.123.001 A 1.693.000 | 1.693.000 | 35 % | 158.920 |
| 08 | — DE 1.693.001 A 2.552.000 | 2.552.000 | 40 % | 243.570 |
| 09 | — ACIMA DE 2.552.000 | 2.552.000 | 45 % | 371.170 |
| Rendimentos do trabalho não-assalariado | | | | |
| Classes de renda | — Rendimento bruto mensal (Cr\$) | | Alíquota | |
| 01 | — | ATÉ 48.000 | Isento | |
| 02 | — DE 48.001 A 144.000 | 144.000 | 10 % | 4.800 |
| 03 | — DE 144.001 A 221.000 | 221.000 | 12 % | 7.680 |
| 04 | — DE 221.001 A 315.000 | 315.000 | 16 % | 16.250 |
| 05 | — DE 315.001 A 491.000 | 491.000 | 20 % | 29.120 |
| 06 | — DE 491.001 A 790.000 | 790.000 | 25 % | 53.670 |
| 07 | — DE 790.001 A 1.123.000 | 1.123.000 | 30 % | 93.170 |
| 08 | — DE 1.123.001 A 1.693.000 | 1.693.000 | 35 % | 149.320 |
| 09 | — DE 1.693.001 A 2.552.000 | 2.552.000 | 40 % | 233.970 |
| 10 | — ACIMA DE 2.552.000 | 2.552.000 | 45 % | 361.570 |